

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 1-13, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2023.2.40859</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Pensando os efeitos subjetivos das medidas socioeducativas: indiferença, crítica e ressignificação

Thinking about the subjective effects of socio-educational measures: indifference, criticism and re-meaning

Pensando en los efectos subjetivos de las medidas socioeducativas: indiferencia, crítica y re-significado

Bianca Ferreira

Rodrigues¹

orcid.org/0000-0002-7877-6808
biancaferreira025@gmail.com

Juliana Morganti¹

orcid.org/0000-0002-0052-6622
emaildajulianamorganti@yahoo.com.br

Ana Carolina Dias Silva¹

orcid.org/0000-0002-5448-7622
acdsilva.psi@gmail.com

Lucas Caetano Pereira

de Oliveira²

orcid.org/0000-0001-6587-0937
kaetanolucas@gmail.com

Jacqueline de Oliveira

Moreira¹

orcid.org/0000-0003-0901-4217
jackdrawin@yahoo.com.br

Andréa Máris Campos

Guerra²

orcid.org/0000-0001-5327-0694
andreamcguerra@gmail.com

Recebido em: 27 abri. 2023.

Aprovado em: 31 out. 2023.

Publicado em: 22 dez. 2023.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo: Mais de três décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente mostram importantes princípios éticos norteadores de políticas públicas e apontam desafios que abrem novos horizontes de reflexão e aperfeiçoamento. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa transdisciplinar e tem como objetivo analisar os possíveis efeitos subjetivos do atendimento socioeducativo a adolescentes autores de ato infracional. Foi realizada uma pesquisa documental, a partir de 373 PIAs e, posteriormente, foram localizados 14 desses adolescentes, que compartilharam conosco suas histórias de vida, a partir do método das narrativas memorialísticas, e responderam a um questionário acerca de suas trajetórias. Como resultado, encontramos indiferença, crítica e ressignificação como possíveis efeitos subjetivos das medidas socioeducativas. Concluímos que a trajetória infracional é sobredeterminada, demonstrando que a abertura a elementos contingentes na oferta do serviço socioeducativo pode ter ressonâncias emancipatórias.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; adolescente em conflito com a lei; narrativas.

Abstract: More than three decades of the Child and Adolescent Statute show important ethical principles guiding public policies and point out challenges that open new horizons for reflection and improvement. This work presents partial results of a transdisciplinary research and aims to analyze the possible subjective effects of socio-educational assistance to adolescents who have committed an infraction. A documentary research was carried out, from 373 PIAs and, subsequently, 14 of these adolescents were found, who shared their life stories with us, using the Memorialistic Narratives method, and answered a questionnaire about their trajectories. As a result, we find indifference, criticism and reframing as possible subjective effects of socio-educational measures. We conclude that the infraction trajectory is overdetermined, demonstrating that the opening to contingent elements in the provision of the socio-educational service can have emancipatory resonances.

Keywords: Children and Adolescent Code; teenager in conflict with the law; narratives.

Resumen: Más de tres décadas del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia muestran importantes principios éticos que orientan las políticas públicas y señalan desafíos que abren nuevos horizontes para la reflexión y la superación. Este trabajo presenta resultados parciales de una investigación transdisciplinaria y tiene como objetivo analizar los posibles efectos subjetivos de la asistencia socioeducativa a adolescentes autores de una infracción. Se realizó una investigación documental, a partir de 373 PIA y, posteriormente, se encontraron 14 de estos adolescentes, quienes compartieron con nosotros sus historias de vida, utilizando el método de Narrativas Memorialistas, y respondieron un cuestionario sobre sus trayectorias.

¹ Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais.

² Universidade Federal de Minas Gerais.

Como resultado, encontramos la indiferencia, la crítica y el replanteamiento como posibles efectos subjetivos de las medidas socioeducativas. Concluimos que la trayectoria de la infracción está sobredeterminada, demostrando que la apertura a elementos contingentes en la prestación del servicio socioeducativo puede tener resonancias emancipatorias.

Palabras clave: Estatuto del Niño y del Adolescente; adolescente en conflicto con la ley; narrativas.

Introdução

Uma das importantes legislações surgidas no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, 1990 – que comemorou 20 anos em 2020. O ECA apresenta, em sua força jurídica, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Todavia, é importante ressaltar que, paradoxalmente, esses sujeitos não são, necessariamente, apresentados como sujeitos políticos; por vezes, na melhor das hipóteses, são alvos de políticas públicas, marcados, pois, em uma posição de passividade. Nesse sentido, Moreira e Costa (2016) apontam como a burocracia e a administração pública muitas vezes tomam a cena e reduzem a política, pensada enquanto espaço plural, à gestão de resultados. Em outras palavras, e sem desconsiderar os avanços do ECA, acreditamos que o documento apresenta juridicamente a criança e o adolescente, mas não necessariamente possibilita que esses tenham voz ativa e participem do exercício da cidadania.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Lei nº 12.594, 2012 –, promulgado em 2012, apresenta um contraponto a essa passividade, com o estabelecimento de um Plano Individual de Atendimento (PIA), que deve ser construído em conjunto: equipe, adolescente autor de ato infracional e família. Para Saraiva (2012), devemos saudar o PIA como, talvez, o maior avanço da lei, na medida em que sua construção em conjunto poderia oferecer garantias constitucionais de cidadania. Na esteira desse pensamento, podemos dizer que o PIA "inaugura a importância de se pensar em um plano de atendimento individualizado que considere as especificidades de cada adolescente, principalmente no que diz respeito à sua

condição peculiar de desenvolvimento" (Moreira *et al.*, 2015, p. 344).

Por outro lado, um dos impasses da utilização do PIA é apontado por Jimenez *et al.* (2012), na medida em que ele pode se tornar uma ferramenta em prol da implantação de um regime biopolítico, no qual a racionalidade normativa determina um sistema que abre mão de tecnologias a fim de isolar anomalias e normatizá-las a partir de procedimentos corretivos e terapêuticos. Ou seja, o PIA, enquanto instrumento de registro e acompanhamento do adolescente no Sistema Socioeducativo, pode ser utilizado tanto para a emancipação e apropriação de sua própria trajetória, quanto para a imposição de certas formas de ser e estar no mundo. Considerando essas contradições, apostamos na possibilidade do exercício político e do respeito à singularidade que podem ser implementados e fomentados a partir de um uso politizado do PIA.

A partir dessa aposta, foi construída a pesquisa *Curso de vida e trajetória delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade*, que teve como objetivo investigar, sob uma perspectiva transdisciplinar, o curso de vida de jovens em vulnerabilidade acolhidos pelo sistema socioeducativo, a fim de identificar eventos que explicassem a entrada, permanência ou desistência do crime. Para isso, foi realizada, primeiramente, uma pesquisa documental, a partir de 373 PIAs e, posteriormente, foram localizados 14 desses adolescentes, que compartilharam conosco suas histórias de vida, a partir do método das Narrativas Memorialísticas (Guerra *et al.*, 2017), e responderam a um questionário acerca de suas trajetórias familiar, escolar, dos pares, de trabalho, comunitária, infracional e judicial.

No presente artigo, interessam-nos esses últimos adolescentes, cujas narrativas e trajetórias nos fizeram questionar acerca de suas visões e posições subjetivas em relação ao cumprimento de medida socioeducativa: como eles percebem esse espaço? Quais os impactos da medida em suas trajetórias e em suas subjetividades? Diante disso, nosso objetivo é o de analisar os possíveis

efeitos subjetivos do atendimento socioeducativo a adolescentes autores de ato infracional.

Não deixamos de considerar que a dimensão dos efeitos se constitui enquanto um fenômeno de difícil análise e apreensão, mas partimos, aqui, das considerações freudianas acerca dos conceitos de sobredeterminação e *a posteriori*, que serão devidamente discutidos a seguir como nossos pressupostos teóricos. Em seguida, serão apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa que deu origem a este artigo, para, posteriormente, discutirmos os resultados a partir de três posições subjetivas identificadas: indiferença, crítica e ressignificação.

Como apontado por Silva (2020), a socioeducação tem como objetivo prevenir a ocorrência de novos atos infracionais, refletindo acerca de sua reprovação social e, assim, promovendo mudanças de comportamento, a partir de um ambiente pedagógico. Nesse sentido, se faz importante destacar que essas mudanças comportamentais não são de responsabilidade exclusiva do adolescente, "o processo pedagógico ao qual um adolescente estará submetido no cumprimento da medida socioeducativa deverá produzir condições necessárias que facilitem as mudanças necessárias" (Silva, 2020, p. 29).

Assim, ainda que nossa proposta seja um mergulho na subjetividade dos adolescentes estudados, não perdemos de vista que esse pode ser um caminho válido para a análise e construção de políticas e ações mais efetivas naquilo que se propõem. Se estamos diante de projetos pedagógicos que buscam mudanças comportamentais, como eles reverberam psiquicamente, nesse ambiente que, para a psicanálise, é sobredeterminado no *a posteriori*?

Pressupostos teóricos: sobredeterminação

Uma associação rápida e talvez ingênua vincula a ideia de efeito à noção de causalidade linear e única, na contramão daquilo que deveria ser considerado no campo das ciências humanas. Consideramos, aqui, a teoria freudiana como uma contribuição para o campo científico

ao propor um novo conceito de causalidade. Para Freud (1900/1996), a partir de um critério interno à escuta dos pacientes, o princípio da causalidade psíquica é revertido; diríamos que o passado é aprendido não a partir do que foi, em sua efetividade já dada e encerrada, mas só pode ser apreendido enquanto passado vivo a partir de uma ressignificação levada a efeito no *a posteriori* e, portanto, tensionado pelas perspectivas futuras.

A "posterioridade" (*Nachträglichkeit*) teria um valor operativo no âmbito da teoria psicanalítica, e a teoria do recalque mantém a importância da tese da causalidade, mas a localiza a partir do conceito de *a posteriori* (Freud, 1895[1950]/1996). A tese freudiana é arrojada, propõe uma subversão na noção de causalidade e nas figuras da temporalidade. O retorno do recalque remete ao passado, mas o retorno pressupõe o futuro como condição necessária, e tudo acontece na brevidade do instante presente, em que o inconsciente se abre e o sujeito emerge. Assim, escutar as narrativas dos jovens possibilita a eles e a nós, pesquisadores, localizarmos no *a posteriori* os possíveis elementos causais em suas trajetórias. Importante destacar o plural, os elementos causais, pois uma história é composta a partir de uma sobredeterminação. Segundo Barbosa (2003, p. 85), reconstruindo a conceituação de sobredeterminação feita por Laplanche e Pontalis:

No *Vocabulário da psicanálise* (1967), Laplanche e Pontalis atribuem dois sentidos ao conceito de sobredeterminação na obra de Freud. Primeiro: a explicação de uma determinada formação do inconsciente (sonho, sintoma etc.) a partir de uma diversidade de causas. Segundo: a explicação de uma determinada formação do inconsciente a partir de elementos inconscientes múltiplos, que podem se organizar no aparelho psíquico de acordo com sequências significativas diferentes, cada qual com uma coerência que lhe é própria. Ambos os autores assinalam que, mesmo sendo o segundo sentido o mais aceito, isso não implica desestimar possíveis vias de passagem entre um sentido e o outro.

A noção de sobredeterminação é enfatizada por Freud ao tentar solucionar o impasse colocado no começo do capítulo IV da obra *Interpretação dos sonhos*, em relação ao trabalho psíquico de

formação do sonho. Freud (1900/1996) questiona, baseado na seletividade de elementos que conseguem adentrar o conteúdo dos sonhos, o que determinaria essa apuração. Dois elementos são enfatizados por ele ao longo de suas exposições sobre os sonhos: a determinação múltipla (ligada à frequência do pensamento, de onde irradiam diversas ramificações) e a intensidade psíquica que algumas representações têm. Mas, por observar que um ou outro elemento podem se sobressair, Freud recorre à sobre-determinação, noção derivada de suas investigações clínicas, ponto em que consegue uma junção dos fatores proeminentes indicados anteriormente. Discorrendo sobre em que consiste o trabalho do sonho, o autor (Freud, 1900/1996, p. 333) afirma:

Portanto, parece plausível supor que, no trabalho do sonho, está em ação uma força psíquica que, por um lado, despoja os elementos com alto valor psíquico de sua intensidade, e, por outro, por meio da sobre-determinação, cria, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho.

Vemos, portanto, como em Freud, a sobre-determinação é um processo que agrega novos valores à formação onírica, ao lado dos processos de condensação e deslocamento. De acordo com Ipar (2019), no caso da condensação, "certos elementos significantes do relato manifesto podem estar funcionando como pontos nodais ou de conexão de uma série de outros significantes, cujo laço associativo atingiria o material latente que permite a interpretação do desejo inconsciente" (p. 638, tradução nossa).

E acrescenta que, por outro lado,

no deslocamento o mecanismo funcionaria ao inverso, isto é, o valor de representação que alguns dos elementos do conteúdo manifesto adquire está sobrerrepresentado, sobre-determinado em relação com o valor significativo que verdadeiramente tem para as ideias latentes (Ipar, 2019, p. 639, tradução nossa).

Portanto, o trabalho de interpretação dos sonhos, para Freud, dependeria de um trabalho *a posteriori*, que deriva de uma articulação associativa.

Pensar os efeitos que a aplicação e execução de uma medida socioeducativa pode ter para os sujeitos – em nível micro e macrosocial, subjetivo e objetivo, individual e coletivo – leva-nos diretamente à noção de sobre-determinação. Com Freud, vemos como elementos de baixo valor psíquico podem, a partir de um processo de sobre-determinação na formação do sonho, agregar diferentes valores nesse trabalho, acompanhado dos processos de condensação e deslocamento, que serão recolhidos no *a posteriori*.

Todo esse desenvolvimento nos faz conceber, a partir da escuta das narrativas dos jovens e da análise de seu curso de vida, que o efeito dessa trajetória se dá sempre em um campo de sobre-determinação. As conexões associativas que têm lugar a partir de acontecimentos psicologicamente relevantes (Freud, 1900/1996) são sempre sobre-determinadas, ou seja, há sempre a possibilidade de que elementos diversos adquiram intensidade e valor psíquico novos. A aposta da medida socioeducativa não seria essa, então? Abrir-se à contingencialidade, de maneira a abrir mão da noção de uma unidade ou de uma totalidade fechada e fundante no que se refere ao impacto na vida dos sujeitos que passam por ela? Ainda que as medidas sejam fundadas em bases sólidas e princípios universalizantes de execução, o manejo das políticas públicas está, potencialmente, no caráter de sobre-determinação que a contingência do encontro desses jovens com o serviço impõe.

Aspectos Metodológicos

O material apresentado compõe o corpo dos resultados da pesquisa *Curso de vida e trajetória delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade*, que recebeu parecer favorável do Comitê de Ética da universidade na qual foi realizada. Tal pesquisa apresentou um esforço transdisciplinar de articulação entre psicanálise, sociologia, texto jurídico e saber do jovem, retomando a literatura clássica sobre curso e trajetórias de vida e atualizando com dados empíricos a análise das trajetórias de jovens com passagem pelo

sistema de justiça juvenil a partir da localização dos *pontos de virada* que demarcam momentos decisivos para entrada, permanência ou desistência da relação do adolescente com o crime (Rolim, 2018; Sampson & Laub, 2005).

Em um primeiro momento, a pesquisa se voltou para os documentos oficiais, a partir da análise documental de 373 PIAs, realizada entre novembro e dezembro de 2016, em parceria com o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA/BH). Desses PIAs, foram selecionados aqueles que possuíam duas ou mais passagens registradas em função do cometimento de ato infracional. Essa lista serviu de base para a execução da segunda etapa da pesquisa, uma busca ativa aos adolescentes, que consistiu na visita aos endereços cadastrados nos PIAs que estivessem localizados no município de Belo Horizonte e região metropolitana.

Aos adolescentes que conseguíamos localizar nas visitas era feito o convite à participação na pesquisa, seguido pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deixando claro que eles não eram obrigados a participar, que não teriam nenhum ônus ou bônus por sua contribuição e que seria nossa responsabilidade sanar qualquer consequência negativa advinda da pesquisa. Além disso, a fim de proteger suas identidades, não será divulgada nenhuma informação pessoal dos participantes, como nome e endereço, além de utilizarmos apenas alguns fragmentos de suas falas na construção da discussão. Para nos referirmos a esses adolescentes durante o texto, serão utilizados nomes fictícios.

Aqueles que aceitaram participar da pesquisa foram questionados, a partir da proposta das narrativas memorialísticas (Guerra *et al.*, 2017): conte-me sua história de vida. Tal proposta condensa em si nossa estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais, uma vez que comporta as ficções, fixações e fantasias que perpassam os processos inconscientes, atravessados por elementos materiais sociopolíticos, que ganham forma discursiva no ato de fala. A fala livre, advinda de uma narrativa que se propôs à menor

interferência possível, foi então gravada e posteriormente transcrita, buscando ali seus sentidos e suas repetições, seus silêncios, seus recortes.

Por fim, foi aplicado um questionário aos adolescentes, que contribuíram com suas narrativas, a fim de qualificar melhor os eventos, transições e rupturas que marcaram as trajetórias desses adolescentes ao longo de suas vidas, buscando ali seus nexos, movimentos e fatores condicionantes. O instrumento foi construído pelos pesquisadores que compuseram a pesquisa, no escopo das reuniões de discussão. Em uma segunda visita à residência dos adolescentes, os pesquisadores liam em voz alta as perguntas e registravam as repostas no local adequado. As questões eram agrupadas pela trajetória familiar, escolar, dos pares, de trabalho, comunitária, infracional e judicial. Além disso, foram incluídas também questões acerca das dimensões corporal, afetiva, comportamental e de cultura digital/virtualidades.

A relação dos jovens com o campo das medidas socioeducativas, apreendida a partir das narrativas memorialísticas, se destacou como um tema de reflexão e nos lançou na tarefa de articular todo o conjunto de dados (PIAs, narrativas memorialísticas e questionários). Assim, decidimos refletir sobre os resultados parciais referentes aos possíveis efeitos subjetivos das medidas socioeducativas para o jovem com trajetória infracional. Do que nos foi possível captar de suas falas, identificamos três efeitos subjetivos em relação às medidas socioeducativas e ao tempo que tiveram contato com ela: indiferença, crítica e ressignificação. Procuraremos elucidar cada uma, utilizando-nos de casos emblemáticos a fim de ilustrar os possíveis impactos subjetivos que a experiência de cumprir medida socioeducativa pode imprimir em cada trajetória.

Resultados e discussão: indiferença, crítica e ressignificação

Entre os significados mais utilizados para a palavra *efeito*, encontramos tanto aquilo que é produzido por uma causa, consequência, quanto algo empregado para determinado propósi-

to, finalidade. Ou seja, efeito pode se referir ao resultado, mas também ao objetivo, o que nos remonta diretamente à perspectiva psicanalítica, especialmente à noção de sujeito e sua divisão subjetiva. Como nos apresenta Bruder e Brauer (2007), "o sujeito do inconsciente é o sujeito por excelência, e se distingue do eu, função imaginária, que pode ser consciente" (p. 527). Em outras palavras, ao partirmos do pressuposto de que os fenômenos com os quais estamos às voltas são sobredeterminados, não podemos deixar de destacar que, desde Freud, o eu não é senhor em sua própria casa, o que faz com que a verdade esteja situada num para além.

Assim, nos vemos diante de uma expressão cara à psicanálise, uma vez que, a partir de Lacan, temos o sujeito enquanto um *efeito* do significante, articulado estruturalmente no *logos* da linguagem e, por isso, inarticulável em palavras. Como expressa Elia (2010, p. 51):

A verdadeira dimensão trágica da experiência do sujeito está nessa impossibilidade, e na correlata inexorabilidade da sujeição do sujeito ao que se articula sem o seu arbítrio, decisão ou vontade, sem a sua consciência, mas certamente com sua escolha ativa, no ato mesmo em que se faz sujeito do inconsciente.

Ou seja, um sujeito é, ao mesmo tempo, substantivo e advérbio, causa e consequência, inaccessível a partir do que é dito, mas efeito da articulação significante. Para alcançá-lo, empregamos o método psicanalítico, que estabelece em si o dispositivo analítico e a função operante do psicanalista (Elia, 2010). Por estarmos às voltas com a construção de um saber para além do *setting* analítico tradicional, recorreremos à psicanálise aplicada, incluindo sua articulação com outros campos do saber, e consideramos o método das narrativas memorialísticas (Guerra *et al.*, 2017) como o que mais se aproxima da regra fundamental da psicanálise, da associação livre. Convidados a falar tendo por horizonte apenas a vontade de saber dos pesquisadores, expressa por "conte-me sua história de vida", os participantes da pesquisa puderam se lançar à tentativa, sempre falha, de dizer a respeito de si mesmos, mas a partir de significantes que permitem um

vislumbre de suas subjetividades.

O primeiro efeito subjetivo, a indiferença, se fez notar principalmente a partir das narrativas de duas jovens, o que nos levou a refletir acerca da posição feminina em relação às medidas socioeducativas e como essas, enquanto política pública, respondem às especificidades subjetivas e sociais do ser e se tornar mulher. Nesse sentido, consideramos a indiferença como uma falta de interesse, um não se colocar no encontro. Tal posicionamento foi elucidado a partir do fato de que nenhuma das jovens fez qualquer menção ao tempo em que permaneceram em medida de semiliberdade ao relatarem suas histórias de vida, além de responderem ao questionário estruturado dizendo que esta não teria causado nenhum efeito em suas trajetórias.

Como nos mostra Dunker (2018), o tema da indiferença se apresenta já no início da psicanálise a partir da expressão "bela indiferença" (p. 71), utilizada nos *Estudos sobre histeria* por Breuer e Freud (1893/1996), a propósito da análise do caso de Elizabeth von R. Tal expressão tinha a intenção de descrever uma "serenidade paradoxal", "desinteresse anormal e depressivo, dirigido a si e ao outro", um signo diagnóstico que já era compatível com a hipótese freudiana do recalçamento histórico, apresentada num momento posterior (Dunker, 2018, p. 71). É importante destacar, ainda, que a indiferença histórica se constitui como uma indiferença quanto ao desejo, pois nada mais é do que uma forma de interrogar ao outro.

Nesse sentido, podemos dizer que estamos às voltas com duas jovens que interrogam ao outro a questão do próprio desejo, ainda que com suas particularidades, mas apresentando essa relação paradoxal de se pôr em ação por algo que não se vale nem mesmo mencionar. A primeira, que chamamos Cecília, teve seu caso analisado por Moreira *et al.* (2020), demonstrando como essa apresenta uma narrativa cíclica, com um evento traumático, de um abuso sexual na infância, que parece atrair energeticamente sua fala e suas pulsões. A repetição de eventos traumáticos se apresenta a partir do tema da morte, desde o falecimento de dois companheiros, até

um aborto não mencionado na narrativa, mas registrado em seu PIA. Além disso, Cecília diz o quanto a incomoda o fato de que não se sente satisfeita com o que já conquistou, mas também não tem vontade de alcançar nada. Ela também fala de uma outra gravidez não planejada aos 15 anos e do quanto isso influenciou sua trajetória, elementos que nos remetem a alguém que está às voltas com a questão do desejo.

Com relação à medida socioeducativa, nos questionamos até que ponto uma medida protetiva não seria mais adequada, considerando as diferentes violências que estão presentes em sua trajetória: abuso sexual, aborto, mortes de companheiros. Independente disso, a medida parece não ter tido grande impacto subjetivo, ao contrário do que ocorreu a partir do contato com uma mãe de santo, que surge em sua narrativa como amiga, companheira, alguém que foi capaz de estabelecer uma relação de reconhecimento e afeto.

Por outro lado, Lilith, nossa segunda jovem que teve seu caso analisado por Rodrigues, Santos e Rodrigues (2020), apresenta uma narrativa na qual o ato infracional se insere numa tentativa de insurreição contra o tipo de socialização feminina, que relega à mulher o espaço doméstico, a imagem da docilidade e o papel do cuidar de irmãos, idosos e doentes (Assis & Constantino, 2001). Em seu relato, vemos que Lilith foi criada pela avó numa zona rural, mas quando adolescente, decide morar com a mãe na capital do estado, com a intenção de conhecer pessoas e lugares, expandir seus horizontes. Entretanto, ela se vê diante das proibições da mãe e da obrigação de matinar os irmãos mais novos, o que a faz agredir a mãe, deixar os irmãos com fome, e ceder sua casa para que os amigos pudessem confeccionar e distribuir drogas, ato que culmina na sua passagem pelo socioeducativo.

Assim, uma experiência com o potencial de provocar a reavaliação da trajetória adolescente de Lilith acaba se tornando indiferente, ou melhor, algo pelo qual foi perdoada pelo atual namorado, este sim, responsável por modificar sua posição em relação às expectativas sociais para as

mulheres. A exemplo da trajetória da mãe, que relegou à avó sua criação por muito tempo, Lilith também se ressentida do papel que lhe é esperado socialmente, mas se apazigua diante da figura masculina, aparentemente, aquela que possui a resposta para a questão acerca do desejo.

Nesse sentido, apesar dos casos aqui apresentados serem relativos a duas jovens e a questões acerca do feminino, a posição subjetiva de indiferença em relação às medidas socioeducativas não se restringe ao universo da mulher. Assim como apresenta Otoni (2015), a posição indiferente também pode ser verificada nos adolescentes, especificamente no cumprimento de medidas em meio aberto. O que se faz importante destacar é que a análise da posição indiferente a partir dos casos aqui apresentados nos remete às limitações da análise estatística, que não alcança aqueles que estão muito acima ou abaixo da média, além das formas de execução das medidas, que são orientadas por categorias macrosociais.

Ainda pensando a questão do colocar-se no encontro, prosseguimos com a exposição do efeito crítico, que também se fez notar a partir da escuta das narrativas. A palavra crítica nos remeteu a um importante movimento filosófico denominado Teoria Crítica da Sociedade. Essa teoria, também conhecida como "Escola de Frankfurt", reuniu pesquisadores entre 1920 e 1970, que trabalharam "uma forma de pensamento negativo tendente a desmascarar as contradições do *status quo*" (Abbagnano, 2012, p. 1128). Se, num contexto científico e filosófico, encontramos uma corrente de pensamento que busca refletir sobre formas radicais de transformação da sociedade, não podemos deixar de escutar que em campo, na prática, recolhemos narrativas que, em última instância, produzem uma crítica capaz de lançar luz nas contradições que se apresentam no seio do cotidiano de populações fragilizadas e marginalizadas.

Nesse sentido, nos deparamos com a narrativa de um jovem com forte envolvimento no tráfico de drogas, residente em território com alto índice de atividade ilícita, cuja história é marcada por rupturas no campo familiar, afetivo, institucional

e social. Filho de auxiliar de serviços gerais, com paternidade não reconhecida e evasão escolar aos 15 anos, sua trajetória pessoal congrega os principais fatores de risco para a entrada na criminalidade, com a particularidade de que, aos 18 anos, ele conseguiu permanecer um ano sem nenhum tipo de envolvimento, mas precisou retornar ao tráfico por "*falta de oportunidade*". Diante disso, nos questionamos: até que ponto se encaixa no perfil das estatísticas sociológicas não aponta para uma estigmatização, um rótulo social? Misse (2008) fala sobre o processo de sujeição criminal, ao qual é atribuído um estereótipo delituoso a determinados indivíduos, fixando uma conduta ilegal antes mesmo da ocorrência de qualquer ato infracional em si, o que pode ser verificado em uma das falas do jovem em questão, demarcando seu posicionamento crítico: "A justiça sempre é maior que todo favelado. Favelado é foda. Pra eles todo mundo é bandido, não importa se mudou, se quer mudar. Pra eles, eles têm que catar e prender, bater" (J1).

Sua indicação a respeito de processos de estigmatização e tipificação une-se a seu próprio processo identificatório, que aponta para um enraizamento na criminalidade, que o antecede e o deixa quase sem saída. Ao ser questionado sobre o cumprimento das medidas socioeducativas, o jovem não vacila em sua percepção: "Falação na cabeça da gente. Falando pra gente abandonar essas coisas... Precisa disso, não... A gente já nasceu vendo isso aqui, ó! Nasceu nisso" (J1). Por outro lado, encontramos no relatório técnico do PIA desse jovem, a ênfase na direção dos movimentos para enlaçamento institucional escolar e ingresso no mercado de trabalho, bem como afirmação quanto à desistência do envolvimento com a criminalidade em função do episódio de morte de um amigo próximo. Ou seja, apesar de, no momento da narrativa, ainda afirmar seu envolvimento com a criminalidade, se faz possível perceber um direcionamento sutil para além desse contexto, fruto de uma escolha refletida, que reconhece suas possibilidades e seus limites.

Ao indicar o efeito da medida como uma "*fala-*

ção" que por vezes não toma em conta o contexto sócio-histórico que permeia seu envolvimento, além da marca identificatória que tal configuração pode fazer para o sujeito, esse jovem nos indica um importante posicionamento crítico e um caminho para reflexão institucional, pois, se por um lado entendemos a centralidade do processo de responsabilização pela retificação subjetiva que uma medida pode produzir, por outro, um efeito crítico do cumprimento das medidas pode nos indicar caminhos e leituras analíticas do processo de responsabilização institucional frente aos adolescentes e jovens. É isso que este jovem nos coloca como questionamento ao dizer dos efeitos da medida: quais os caminhos possíveis para que a instituição escape a um repertório repetitivo, e possa considerar os efeitos da estigmatização, da identificação maciça a contextos sociais, bem como outros tantos atravessamentos que possam emergir no contato com os que se inserem no sistema?

Uma possibilidade de leitura se manifesta na interseção entre posição subjetiva e social, pensando o que o jovem chama de "*falação*" como reflexo das exigências civilizatórias em um contexto de profundas injustiças sociais. Nesse sentido, a renúncia social deveria implicar ganhos a nível da constituição subjetiva e da garantia de direitos sociais. Afinal, a civilização "descreve a soma integral das realizações e regulamentos [...] que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos" (Freud, 1930/1996, p. 96).

Em um contexto marcado por injustiça e desigualdade sociais, presenciemos um cenário de ruptura do pacto social (Pellegrino, 1983), na medida em que os sujeitos se veem privados de uma verdadeira possibilidade de reconhecimento para transformação, dando origem ao que Freud (1930/1996) considerava como uma das fontes de sofrimento humano: "a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade" (p. 93). Vemos como, para esse jovem, o trabalho caracteriza-se por relações de

exploração e dominação, promovendo o cenário de inadequação referido por Freud: "Trabalhar para os outros... Porque você aguenta muita coisa, né? Você aguenta os outros te xingando, falando alto com você e aqui [na comunidade] não tem nada disso, não" (J1). Em outras palavras, um contexto social que muitas vezes é fonte de sofrimento e revolta, impossibilitando o reconhecimento dos indivíduos ao barrar seus acessos ao projeto civilizatório.

Neste sentido, lançamos agora nosso olhar para um terceiro efeito identificado e localizado nas narrativas de alguns de nossos jovens: a ressignificação. Trabalhamos a noção de ressignificação aqui a partir do termo alemão *Nachträglichkeit*, usado por Breuer e Freud (1893/1996) desde seus primeiros estudos sobre a histeria. Souza (2010), um dos tradutores brasileiros da obra freudiana diretamente do alemão para o português, nota que o vocábulo está ligado à etiologia das neuroses, podendo ser traduzido por *a posteriori*, ou seja, "atribuição retrospectiva ou posterior de sentido" (p. 219). Face à sobre-determinação na causalidade dos sintomas, Freud se dá conta de que o efeito traumático não advém de um fato isolado, mas de conexões entre experiências, ou melhor, entre as representações das vivências, seus investimentos pulsionais e seus hiatos. No *a posteriori*, é justamente a ressignificação dessas experiências que pode ser sobrecarregada de sentido e produzir desprazer, exigindo uma defesa. O conceito de *Nachträglich* é, assim, associado às noções de adiamento e retomada posterior na reconstrução simbólica da experiência. É como se o que foi vivido permanesse num estado de suspensão, latência, e, só depois, recebesse uma significação.

Essa operação de atribuição de sentido no *a posteriori* nos é cara na psicanálise e se apresenta aqui a partir de uma conotação positiva em relação às medidas socioeducativas, que não é fortuita. Consideramos, em primeiro lugar, que a imposição de cumprimento de medida socioeducativa carrega, para o jovem envolvido com a criminalidade, uma rede semântica sentida negativamente, por se tratar de um poder mandatário

além de sua escolha pessoal. Punição, obrigação de reparação de danos, encontro com a dura necessidade de se responsabilizar por seus atos. Ao se adentrar no cumprimento de uma medida, é forçoso ao adolescente encarar a privação de liberdade, a obrigação de seguir ordens e de se submeter ao jugo de autoridades, ações que muitas vezes não fazem parte de sua trajetória delinquencial – ao menos não na mesma conotação. Nessa perspectiva, as medidas assumem um significado desagradável, um fardo cujo peso, para muitos, parece insuportável e desmedido.

Chama-nos a atenção, no entanto, algumas narrativas nas quais os sujeitos se utilizam de expressões de enaltecimento em relação às medidas, revelando outra face dessa experiência. É o caso do jovem Fernando, a quem conferimos o epíteto de poeta e emprestamos o nome do poeta português Fernando Pessoa, pois sua narrativa revela um encontro com os livros e com a arte literária (mais notadamente com a poesia), no cumprimento de uma medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) num centro cultural de Belo Horizonte.

A essa capacidade de atribuir novo sentido/significado à medida, reconhecendo-lhe a dimensão positiva como agenciadora de saídas e catalisadora da construção de possibilidades, demos o nome de ressignificação, apoiados na perspectiva psicanalítica. O verbo transitivo ressignificar se refere à ação de atribuir novo significado a algo ou a alguém. Tal formulação nos parece pertinente por revelar possibilidades de construção de sentidos e vislumbre de novos caminhos, algo que é, sem dúvida, uma aposta da socioeducação.

A narrativa de Fernando nos permite localizar, de maneira bem elucidativa, o significado das medidas socioeducativas para um sujeito que começa a narrar sua história a partir de um ato infracional, e, em tom lúgubre e pesaroso, revisitar memórias dolorosas de um passado familiar de mentiras, revoltas e desilusão. Diante da incoerência de pais religiosos na comunidade, em oposição à frieza e turbulência no lar, o menino se lança em um movimento de revolta, com re-

viravoltas que o levam a desejar “*estragar seus pais*”. A separação dos pais, as mentiras, a falta de carinho e a rigidez exacerbada são elementos apontados pelo jovem como fatores que o impeliram ao universo da criminalidade, possibilitando que em sua trajetória ele cometesse delitos de depredação de patrimônio coletivo, vandalismo, desacato a autoridades e o roubo de um fone de ouvidos, que o levou à medida de PSC.

Até então, as medidas socioeducativas têm, para o jovem, uma conotação negativa: punição, desafio, confrontação. Mas é no cumprimento dessa medida que Fernando se depara com uma biblioteca, com livros e com a poesia. No contato com o bibliotecário do centro cultural no qual cumpriu medida, o jovem “*sente uma poesia brotar de si*”, recebendo, com isso, um tipo novo de reconhecimento, o de poeta. A partir daí, o jovem se lança à construção de novos sentidos, no *a posteriori*, tecendo considerações sobre os diversos assuntos que lhe assombravam, tendo na poesia o instrumento para escrever e reescrever sua trajetória. O jovem passa, então, em sua narrativa, a enaltecer a medida que, de certa forma, parecia o limitar, e atribui novos sentidos a essa experiência, reconhecendo-lhe o valor.

Diante disso, fazemos coro ao que é colocado por Guerra *et al.* (2015) em sua discussão acerca da heterogeneidade *versus* homogeneidade das práticas socioeducativas. Um projeto comum é capaz de unificar as instituições e fortalecer a luta por recursos, desde que se volte para a construção de cidadania, de pertencimento à vida ética por parte do adolescente. Entretanto, para além disso, não podemos deixar de considerar que o enlaçamento do jovem a esse projeto de cidadania é contingente, podendo ocorrer até mesmo nas brechas, e não necessariamente no que constitui a medida em seus princípios. As brechas são os espaços nos quais pode advir a inventividade, uma vez que o universal das políticas públicas entra em contato com o singular da experiência de cada sujeito, equipe e contexto. “Nesse sentido, parece-nos que a oferta institucional deve considerar o campo simbólico e semântico do adolescente e seu ponto de emancipação, por um

lado, e operar na desconstrução da reincidência da instituição na oferta de recursos e discursos” (Guerra *et al.*, 2015, p. 157). Em outras palavras, trata-se de conceber e operacionalizar a medida a partir das condições objetivas possíveis, mas particularizando-a no que toca afetivamente o adolescente e, por isso, cria vínculos.

A ressignificação, a partir de uma mudança de perspectiva do jovem narrador, opera com os efeitos que surgem, importando-se com os lados subjetivo e institucional. Não há um tamponamento das posições que surgem, mas uma abertura para devires subjetivos e objetivos. Nas palavras de Fernando, “no meio do lixão nasceu uma flor e brotou o amor no meu coração e na vida das pessoas que estão ao meu redor, cada dia mais” (F1). A metáfora do jovem poeta é a alavanca da ressignificação como efeito da medida.

Considerações Finais

Mais de três décadas de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil mostram importantes princípios éticos norteadores de políticas públicas e apontam desafios que abrem novos horizontes de reflexão e aperfeiçoamento. Em nosso trabalho de análise, localizamos como os efeitos das intervenções junto aos adolescentes são diversificados e podem ou não ter ressonâncias emancipatórias em que múltiplas ramificações e intensidade psíquica sobredeterminam cada experiência.

Em nossa leitura, isso significa que a uniformização da oferta passa a ter valor significativo se há espaço para que elementos contingentes operem nos circuitos afetivo e simbólico dos sujeitos. Ofertas públicas e acontecimentos cotidianos podem implicar a construção de alternativas emancipatórias para trajetórias infracionais, como nos apontam os casos analisados neste trabalho. Para tais efeitos, parece ser necessário identificar como cada sujeito se implica na construção de sua trajetória, a partir dos elementos disponíveis do Outro. Na medida em que não se sabe qual oferta terá força de enlaçamento subjetivo, a aposta na diversificação indica mais oportunidades de aproximação e efetividade. Tal

convocação aponta uma aposta na inventividade que se choca, por vezes, com as exigências do trabalho das políticas públicas, portando uma certa ambivalência com tal aposta. No entanto, o bom efeito da inventividade pode aparecer na construção subjetiva, na interrupção de processos delinquentes.

Ao longo deste trabalho, apresentamos como elementos contingentes da história de vida dos sujeitos podem se apresentar como significativos em possibilidades de mudança muito únicas. Com as narrativas, pudemos destrinchar particularidades cuja correlação nos permitiu introduzir uma dimensão do valor simbólico a partir do qual uma oferta contingente pode operar.

Percebemos, a partir da escuta das narrativas de adolescentes que passaram por cumprimento de medidas socioeducativas, que a generalidade disposta no princípio de proteção integral às crianças e adolescentes precisa ser (re)significada por cada sujeito, a fim de que as políticas responsáveis pela garantia de direitos dessa parcela da população possam alcançar efetividade em sua execução. Assim é que a contingência que abarca o caráter sobredeterminado da experiência de encontro do sujeito com os dispositivos públicos pode operar positivamente, agregando novos e potentes valores à experiência de apreensão da realidade e potencializando as alternativas emancipatórias.

Referências

Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de filosofia* (6a ed., A. Bosi & I. C. Benedetti Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971).

Assis, S. G., & Constantino P. (2001). *Filhas do mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575413234>

Barbosa, M. N. P. (2003). Considerações acerca da sobredeterminação do sintoma fóbico no caso Hans. *Interações*, 8(15), 81-104. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000100005&lng=pt&lng=pt

Breuer, J., & Freud, S. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação preliminar. In S. Freud. *Estudos sobre a Histeria (1893-1895)* (Vol. 2, pp. 39-57). Imago. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). (Obra original publicada em 1893).

Bruder, M. C. R., & Brauer, J. F. (2007). A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: Impasses na separação. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 513-521. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300008>

Dunker, C. I. L. (2018). Teoria da indiferença em Freud. *SIG Revista de Psicanálise*, 7(12), 71-78. <https://sig.org.br/bkp/wp-content/uploads/2019/09/Edicao-12-Completa.pdf>

Elia, L. F. (2010). *O conceito de sujeito* (3a ed.). Jorge Zahar. (Coleção Psicanálise Passo-a-passo).

Freud, S. (1996). *A interpretação dos sonhos* (Vol. 4). Imago. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). (Texto original publicado em 1900).

Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)* (Vol. 21, pp. 75-175). Imago. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). (Texto original publicado em 1930).

Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud. *Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889)* (Vol. 1, pp. 387-547). Imago. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). (Texto original publicado em 1895 [1950]).

Guerra, A. M. C., Grillo, C. F. C., Edmundo, D. F., & Moreira, J. de O. (2015). Do universal ao singular ou da homogeneidade à diferença: Construindo a prática da socioeducação. In Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (Org.). *Desafios da socioeducação: Responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais* (pp. 147-165). CEAF.

Guerra, A. M. C., Moreira, J. O., Oliveira, L. V., & Lima, R. G. (2017). The narrative memoir as a psychoanalytical strategy for the research of social phenomena. *Psychology*, 8(8), 1238-1253. <https://doi.org/10.4236/psych.2017.88080>

Ipar, M. C. (2019). Del marxismo occidental al posmarxismo a través de la noción de sobredeterminación. *Psicología Política*, 19(46), 631-645. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300018&lng=pt&lng=es

Jimenez, L., Jesus, N. F. de, Malvasi, P. A., & Salla, F. (2012). Significados da nova lei do Sinase do Sistema Socioeducativo. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (6), 1-18. https://www.tjpe.jus.br/documents/72348/120725/JIMENEZ+ET+AL_Nova+lei+do+sistema+socioeducativo.pdf/10b77fbb-2275-4bb8-a674-c0bb5caa6350?version=1.0

Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nº [...]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Misse, M. (Org.). (2008). *Acusados e acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. FAPERJ, REVAN.

Moreira, J. O., Albuquerque, B. S., Rocha, B. F., Rocha, P. M., & Vasconcelos, M. A. M. (2015). Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serviço Social & Sociedade*, (122), 341-356. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.026>

Moreira, J. de O., & Costa, D. B. da. (2016). ECA: Entre o desenvolvimento teórico e o subdesenvolvimento prático... In J. de O. Moreira, M. J. G. Salum & R. T. Oliveira. (Orgs.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades* (pp. 46-59). CFP.

Moreira, J. O., Rodrigues, B. F., Costa, J. D., Silva, C. S. W., Matos, C. A., Sena, C. L., ... & Silva, B. F. A. (2020). Trayectoria delincente de Cecília: estudio de caso desde una perspectiva psicoanalítica. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 18(3), 2. <https://doi.org/10.11600/1692715x.18301>

Otoni, M. de M. S. S. (2015). *O adolescente em conflito com a lei e o outro social: Um estudo psicanalítico sobre a indiferença*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUJD-ABDGRS/1/disserta_o_finalizada2306.pdf

Pellegrino, H. (1983, setembro). Pacto social e pacto edípico. *Folha de São Paulo*.

Rodrigues, B. F., Santos, M. L. M., & Rodrigues, G. H. (2020). A posição feminina e o seu (não) envolvimento com a criminalidade: o caso de Lilith. In Guerra, A. M. C. et al. (Org.). *Trajetórias Adolescentes: contribuições da Psicanálise e Sociologia* (pp. 229-260). CRV.

Rolim, M. (2018). Desistência do crime. *Revista Sociedade e Estado*, 33(3), 829-847. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030008>

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602(1), 12-45. <https://doi.org/10.1177/0002716205280075>

Saraiva, J. B. C. (2012). Legem habemus! O SINASE agora é lei. *Revista digital multidisciplinar do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, 1(6), 64-72. <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revistamulti6.pdf>

Silva, R. (2020). Medidas socioeducativas no Brasil, um convite à empatia. In Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Caderno de artigos: ECA 30 anos* (pp. 27-31). CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Acesse-aqui.pdf>

Souza, P. C. de. (2010). *As palavras de Freud: O vocabulário freudiano e suas versões*. Companhia das Letras.

Bianca Ferreira Rodrigues

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Crítica Social (LAPCRIS) da PUC Minas.

Juliana Morganti

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bacharel em Psicologia pela mesma instituição. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ana Carolina Dias Silva

Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – Bolsista CAPES. Mestre em Psicologia pela PUC Minas – Bolsista CAPES. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Lucas Caetano Pereira de Oliveira

Sociólogo. Possui graduação em Ciências Sociais (2016), mestrado em Sociologia (2020) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é doutorando em Sociologia também pela UFMG. Desde 2012, é pesquisador associado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP).

Jacqueline de Oliveira Moreira

Professora de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicanalista. Bolsista produtividade CNPq PQ 1D. Membro da Câmara de Ciência Humanas da Fapemig.

Andréa Máris Campos Guerra

Psicanalista. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, onde coordena o núcleo de pesquisa Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS). Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com Estudos Aprofundados na Université de Rennes 2 (França). Bolsista de Produtividade 2 do CNPq. Professora visitante na França, Bélgica e Colômbia. Coordenadora do Projeto Psicanálise e Decolonização com a Editora n-1. Membro fundadora da Rede Internacional de Investigação em Psicanálise e Criminologia (RICA), do GT Psicanálise, Clínica e Política da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (ANPEPP), da Rede Interamericana de Pesquisa e Psicanálise e Política (REDIPPOL) e da Rede Internacional Coletivo Amarrações.

Endereços para correspondência:

BIANCA FERREIRA RODRIGUES

Rua Hermilo Alves, 397, Apto 103, Bloco 1
Santa Tereza, 31010-070
Belo Horizonte, MG, Brasil

JULIANA MORGANTI

Rua Américo Luz, 521, Sala 803
Gutierrez, 30441-094
Belo Horizonte, MG, Brasil

ANA CAROLINA DIAS SILVA/ JACQUELINE DE OLIVEIRA MOREIRA

Avenida Itaú, 525
Coração Eucarístico, 30535-012
Belo Horizonte, MG, Brasil

LUCAS CAETANO PEREIRA DE OLIVEIRA

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627
Unidade Administrativa III
Pampulha, 31270-901
Belo Horizonte, MG, Brasil

ANDRÉA MÁRIS CAMPOS GUERRA

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627
Caixa Postal 253
Pampulha, 31270-901
Belo Horizonte, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.